

Povos Indígenas no Brasil

Fonte LIBERAL

Class.: 403

Data 15/08/80

Pg.: _____

Delegado da Funai avisa que índios vão revidar

BAURU - SP - O delegado da Funai em Bauru, Alvaro Villas Boas, esteve na região dos índios Txucarramae de 1962 a 1964. Ele contou que "aqueles indígenas, que praticaram o massacre há alguns dias, são altos, fortes e exímios manejadores da borduna (arma também conhecida por "tacape"). E o nome: "Txucarramae" quer dizer "homem sem arco". A borduna - cerne de árvores - com cabo arredondado, tendo a extremidade em forma de remo, medindo de 1,30m a 1,70m, pesando de 2,5 a 3,5 quilos, quando empunhada por um Txucarramae ou por outro selvícola daquela região, pode matar um homem com um só pancada na cabeça".

Villas Boas disse ontem ter conhecimento de que foram cerca de 25 índios das tribos Txucarramae, Kayabi e Juruna que atacaram e mataram na semana passada 11 brancos nas proximidades da vila "Bang-Bang" município de Luciara, no Mato Grosso. "Eles, quando sentem suas terras invadidas, atacam de surpresa e não dão tempo a que o branco faça uso de arma de fogo. Depois de mortos os brancos, é tradição o índio deixar a borduna ao lado do cadáver".

O delegado da Funai em Bauru acredita que o coronel João Carlos Nobre Veiga, presidente da Fundação Nacional do Índio, consiga levar a paz aquela região, fazendo com que os moradores da vila Bang-Bang não entrem na terra que os Txucarramae acreditam seja inteiramente sua, "caso contrário, vai haver mais ataques e mortes". Villas Boas não crê que os brancos mortos estivessem desarmados e que não tivessem conhecimento do risco que corriam.

ANDREAZZA - "Existem prescrições na Constituição que determinam que as áreas habitadas pelos índios a eles devem pertencer, é inclusive o usufruto de suas riquezas. Os acidentes ocorridos recentemente com os 11 peões mortos pelos índios Txucarramae em nada vão alterar a atual política indigenista implantada pelo governo".

A afirmação partiu ontem do ministro do Interior Mário Andreazza, em entrevista coletiva concedida à imprensa após as solenidades comemorativas dos 40 anos do Dnos (Departamento Nacional de Obras de Saneamento). O ministro informou que o presidente da Funai já está no local, para fazer um levantamento de todos os acontecimentos.

O ministro considerou "inaceitável e sem justificativas" o incidente ocorrido entre os índios e os peões, quaisquer que tenham sido as causas. "Temos que verificar bem os fatos para descobrir a origem dos acontecimentos. Não se pode considerar esse aciden-

te como algo que venha influir em nossa política indigenista, cuja causa deve ser colocada acima de todos esses fatos que ocorrem isoladamente no país".

Embora a área estivesse sendo estudada e se buscasse para ela uma solução definitiva, o desfecho foi uma surpresa para o ministro Andreazza. "Realmente não esperávamos este acidente. Os fazendeiros haviam sido alertados para não entrar naquela área e tínhamos acordos com os índios para que não fosse criados conflitos. Julgávamos que a situação estivesse pacificada, mas aconteceu este fato que todos lamentamos e que vem sendo devidamente apurado. Os acontecimentos contrariam completamente a índole do nosso índio, que não ataca populações desarmadas. O ineditismo do fato nos leva a crer que existem elementos desconhecidos para nós".

O presidente da Funai, coronel Nobre da Veiga, e a Polícia Federal já estão no local para apuração dos acontecimentos, para que possamos tomar uma decisão. Por enquanto a nossa idéia é seguir rigorosamente a lei. As terras dos índios são inalienáveis. Já houve um acordo feito parcialmente, apenas com duas partes, e com a viagem do presidente da Funai pretendemos que o acordo se estenda com os demais caciques da região e todos os fazendeiros da área, de forma a criar um clima que permita buscar uma solução definitiva, uma vez que esta área era redividida pelas populações indígenas e estava sendo estudada a fim de ser convenientemente demarcada".

XINGU - A demarcação do Parque Nacional do Xingu deverá ser revista com a inclusão da área reivindicada pelo grupo indígena Txucarramae, com o desvio do traçado da rodovia BR-080, que liga Brasília a Cachimbo, conforme asseguraram fontes do governo ao indicarem que na próxima quarta-feira será realizado um encontro com os chefes indígenas da área na aldeia de Diauarum.

O atendimento dos proprietários da região, que deverão receber do Incra-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - extensão de terras equivalentes àquelas que provarem seus títulos de posse depende ainda de levantamento da cadeia dominial na área.

A solução, entendida por funcionários do governo como uma alternativa a garantir o alívio de tensões na região, será submetida na próxima semana aos fazendeiros, incluindo-se na ocasião um rol de opções de terras que poderão substituir aquelas localizadas na zona de conflito.